Trabalhando para Vargas: Agentes Secretos, Espiões e delatores no Estado Novo

Working for Vargas: Secret Agents, Spies and Whistleblowers in the Estado Novo

Thiago da Silva Pacheco[*]

RESUMO: Pretendemos elucidar as formas de recrutamento, formação e envolvimento dos individuos que trabalharam no serviço secreto durante o Estado Novo. Para tanto, consideramos este serviço, que foi posto em prática pela polícia política, como Fonte Humana de Inteligência, partindo do acrônimo MICE (money, ideology, compromise, ego), proposto por analistas deste campo, a fim de averiguar as possiveis motivações para que cidadãos comuns assumissem a demanda repressora do Estado.

Palavras-chave: Espionagem. Inteligência. Estado Novo

ABSTRACT: We intend to elucidate the forms of recruitment, formation and involvement of the individuals who worked in the secret service during Estado Novo. We consider this service, put into practice by the political police, as the HUMINT, and start with the acronym MICE (money, ideology, compromise, ego), proposed by analysts of this field, in order to ascertain the possible motivations for citizens to take up the repressive demand of the State.

Keywords: Espionage. Intelligence. Estado Novo

***

[*] Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ (PPGHC-UFRJ) com estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ (PPGD-UFRJ).

Sun Tzu[1], no clássico *A Arte da Guerra,* alegou que o sucesso numa batalha pertence ao comandante que "detém o conhecimento prévio e [pode] antever o desenrolar de uma guerra". De fato, embora a Inteligência não seja garantidora da vitória[2], possuir informações acerca do alvo, sobretudo quando este se trata de um inimigo - em potencial ou não – se constitui no primeiro e fundamental passo para lidar com ele.

É disto que se trata a Inteligência, a qual, de uma forma ampla, pode ser definida como o gerenciamento e a coleta de dados, visando produzir um conhecimento que capacite tomadas de decisões estratégicas[3]. Embora possa ser discutida a partir de uma definição mais restrita, que também leve em conta o sigilo e a disputa pelo segredo[4], é esta produção de conhecimento que norteia a atividade[5].

Entre os métodos de coleta de dados para o trabalho de Inteligência se encontra a espionagem, que é parte do que o linguajar referente a este campo de estudos classifica como *fontes humanas*. Representadas pela sigla HUMINT[6], estas fontes englobam os dados adquiridos e transmitidos por pessoas, que são, na maioria dos casos, informantes especificamente recrutados, treinados, pagos e/ou infiltrados por uma agência. Contudo, HUMINT também ser provida por patrulhas policiais/militares ou por colaboradores esporádicos sem vínculo formal com a agência, na forma de denúncias, por exemplo[7].

---

[1] A edição aqui citada é a seguinte: SUN TZU. *A arte da guerra*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
[2] Sobre isto, *ver KEEGAN, John. Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão À Al-Qaeda. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.*
[3] SIMS, Jennifer. *What is Intelligence? Information for decision makers*. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. *US Intelligence at the crossroads: agendas for reform*. New York: Brassey's, 1995.
[4] SHULSKY, Abram. *What is Intelligence? Secrets and competition among states*. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. *US Intelligence at the crossroads: agendas for reform*. New York: Brassey's, 1995.
[5] Para uma introdução ao tema, ver CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV. 2003, ANTUNES, Priscila C. B. *SNI&Abin: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002
[6] De acordo com Cepik (CEPIK, Marco A. C. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV. 2003: p.36) este termo "é um eufemismo tipicamente norte-americano, incorporado ao jargão internacional porque evita o uso do termo espionagem, muito mais pesado do ponto de vista legal e político". Outros tipos de fontes são: são SIGINT, que consiste na interceptação e interpretação de sinais de comunicação - grampeamento de telefones, detecção de transmissões de rádio, etc - fontes relacionadas à alta tecnologia como IMINT - relacionada à coleta de dados através de imagens captadas principalmente por satélite - MASINT – dados obtidos através da assinatura de sinais tecnológicos, como aqueles emitidos por explosões atômicas, por exemplo - e as fontes OSINT, também chamadas de "abertas", que envolvem a análise de jornais, revistas, sítios eletrônicos entre outros.
[7] CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003 e HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Este tipo de Inteligência tem sido usado por instituições policiais desde o século XIX. Temerosos devido a movimentos operários, anarquistas ou inspirados pela revolução francesa, os Estados Europeus formataram suas Polícias Políticas a fim de lidar com conspirações e prever possíveis levantes, sublevações ou motins, lançado mão de espiões, delatores e agentes infiltrados[8]. O mesmo se deu no Brasil que, durante boa parte de sua história republicana, teve as atribuições de espionagem e serviço secreto atrelados às suas polícias investigativas[9], que realizavam coleta e análise de dados pertinentes aos mais variados grupos.

Falando especificamente a partir da "Revolução de 1930", este tipo de repressão policial foi elemento fundamental para os governos de Vargas, devido às oposições e turbulências políticas ocorridas na década de 1930 e início dos anos 1940[10], quando serviços reservados como os do DOPS de São Paulo operaram com infiltração e espionagem[11]. Neste sentido, o que pretendemos no presente trabalho é aprofundar esta questão das atividades de espionagem, infiltração e delação durante o Estado Novo, na direção de elucidar a estruturação deste serviço secreto, as formas de recrutamento, envolvimento e treinamento de seus agentes, além as possíveis razões pelas quais eles trabalharam ou colaboraram com o órgão.

Para tanto, considerando o trabalho daqueles agentes como "fonte humana de Inteligência", analisamos nos boletins reservados e nos relatórios anuais da Delegacia Especial de Segurança Polícia e Social – DESPS - as formas de recrutamento e avaliação do trabalho de seus espiões. Estabelecidos em múltiplas camadas institucionais, enquanto alguns deles eram agentes policiais, outros eram recrutados nos meios sociais sobre os quais a polícia mantinha vigilância, mantendo relações em diferentes graus de formalidade com a Delegacia. Estes mesmos relatórios permitem uma análise do

---

[8] CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003 e HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

[9] O policiamento de natureza política iniciou-se no Distrito Federal nos primórdios do século XX, e os demais estados criaram suas delegacias de ordem política e social durante os anos 1920 e 1930 (REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004: p.105-108).

[10] CANCELLI, Elizabeth . *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 02. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

[11] FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP: Franca, 2000.

processo de treinamento e capacitação pretendido, levando em consideração que se tratam de perspectivas institucionais mais do que relatórios de desempenho. Por fim, considerando que as motivações e interesses dos envolvidos no mundo da espionagem podem ser explicados pelo acrônimo MICE (*money, ideology, comprimise, ego*) proposto pelos analistas do campo da Inteligência[12], verificaremos como estes interesses se mostram verificáveis nos relatórios, boletins reservados e conferências policiais. Assim, motivados por dinheiro, desavenças, favores, ego ou ideologia, cidadãos de vários segmentos sociais se propuseram a "trabalhar para Vargas", colaborando ativamente com a vigilância posta em prática pelo Estado.

1. *A formação do serviço secreto*

Como já colocado, durante toda a década de 1930 a polícia foi fundamental na vigilância e controle da sociedade por parte do Estado, cada vez mais forte e centralizado[13]. É bem verdade que o que chamamos Era Vargas não foi um período homogêneo. Entre 1930 e 1934 houve o Governo Provisório, no qual Vargas iniciou o processo de centralização do poder, extinguindo os órgãos legislativos em todos os níveis - federal, estadual e municipal - nomeando interventores estaduais e suspendendo os direitos constitucionais. Este processo não se deu sem turbulências políticas, como a Revolução Constitucionalista de 1932, que representava a insatisfação paulista – especialmente da elite cafeeira - com os rumos da revolução de 1930.

Mesmo saindo-se vitorioso, Vargas percebeu que haveria limites para a discricionariedade do Governo Provisório: entre novembro de 1933 e julho de 1934 realizou-se a Assembleia Constituinte, visando uma nova organização constitucional, na qual confrontaram-se tentativas de regionalização contra o projeto de centralização estatal. Assim, o período entre 1934 e 1937 tratou-se de um Governo Constitucional, com atuação do legislativo e eleições previstas. O princípio federalista manteve algum poder nos estados, mas o governo saiu vitorioso em algumas de suas pretensões de

[12] HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; CRUMPTON, Henry A. *A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI*. Barueri: Novo Século, 2013; CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. *A Guide to the Psychology of Espionage*. AFIO's Intelligencer Journal, 2014.
[13] CANCELLI, Elizabeth . *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 02. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

incorporar mudanças no campo social e político, como o estabelecimento do salário mínimo, a criação da Justiça do Trabalho, jornada de trabalho de oito horas, férias, etc[14].

Somente no Estado Novo, a partir de 1937, estabeleceu-se de fato uma Ditadura, cujo viés ideológico antiliberal e autoritário foi elaborado no decorrer da década de 1930 e início dos anos 1940[15].

Apesar destes três contextos políticos distintos, em todos eles o aparato policial foi elemento fundamental para o combate a oposições e propagandas ideológicas conflitantes com o projeto de Vargas. A partir dos decretos 22.332 (1933) e 24.531 (1934) buscou-se modernizar e ampliar os poderes da Polícia Civil do Distrito Federal para a nova realidade política: um Estado centralizado, que pretendia reformas políticas e sociais. Ambos os decretos também previam a criação de uma delegacia especializada para assuntos de cunho "político e social" – DESPS: Delegacia Especial de Segurança Polícia e Social. A estabilidade deste modelo de repressão nota-se pela vigência do decreto 24.531, de 1934 até o ano de 1944, quando a Polícia do Distrito Federal foi reelaborada já numa perspectiva de declínio da ditadura Varguista[16].

Além da estrutura policial, a Lei de Segurança Nacional de 1935 ampliou os poderes do Estado no tocante a crimes de cunho político – ou seja, os delitos que ameaçassem a integridade do Estado[17]. Isto permitiu flexibilidade à polícia para efetuar prisões, buscas, apreensões e interrogatórios. Dotado de ampla discricionariedade, o órgão foi fundamental para a vigilância ao Comunismo e ao Integralismo, com a "prova de fogo" da DESPS ocorrendo nos levantes de 1935 (comunista) e 1938 (integralista). Ao final da década de 1930 e início dos anos 1940, a experiência da instituição com relação aos inimigos internos do Estado - os já citados comunistas e integralistas - somou-se ao trabalho de contraespionagem devido às operações secretas de potências envolvidas na Segunda Guerra Mundial, como Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Inglaterra[18].

---

[14] FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1995.
[15]OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
[16] REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
[17] FRAGOSO, Heleno. *Terrorismo e Criminalidade Política*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981; PRADO, Luis Regis; CARVALHO, Erika Mendes de. *Delito Político e Terrorismo: uma aproximação conceitual*. Revista dos Tribunais, ano 89, v7771, Jan.200, p.421-447.
[18] PACHECO, Thiago da Silva. *Sistema de espionagem e contra espionagem brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; **Karl Schurster; Igor Lapsky; Ricardo Cabral & Jorge Ferre. (Org.).** *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. **Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010.**

Foi este o contexto no qual espiões, agentes secretos e delatores atuaram em favor da DESPS. Para tanto, o governo brasileiro costurou acordos de colaboração com agências de outros países - incluindo a Gestapo - e destinou volumosa verba secreta para as operações policiais, cujo objetivo era antever movimentos de oposição ao Estado[19]. Entre estas atividades estavam as já mencionadas infiltrações operadas pelo Serviço Reservado do DOPS de São Paulo, que produzia relatórios sobre instituições ou cidadãos suspeitos de subversão[20]. Nestes casos, falamos aqui de uma categoria ampla, que incluía o uso de espiões ligados em maior ou menor grau à agência, com ou sem treinamento profissional para este trabalho, além de informantes casuais que efetuassem delações ou denúncias, bem como suspeitos interrogados pela polícia. Em suma, as fontes humanas consistem de pessoas que supostamente viram ou ouviram algo, não necessariamente trabalhando para uma agência[21]. Portanto, nem toda fonte humana trabalha para o órgão de Inteligência e, se trabalha, não necessariamente é uma espécie de espião profissional treinado.

De qualquer forma, a chefia da DESPS considerava que estas fontes eram essenciais para seu trabalho, sem as quais a polícia estaria alienada e sujeita à aleatoriedade. Em relatório enviado ao Chefe de Polícia, referente às atividades ocorridas em 1940, assim escreveu o Delegado Especial, Felisberto Baptista:

> Não é admissível que órgãos responsáveis pela estabilidade do regime e pela segurança do Governo vivam do acaso, da sorte e do palpite, arriscando, num verdadeiro jogo de cabra cega, assuntos de importância decisiva e de consequências muitas vezes irremediáveis[22].

Para o delegado, a solução encontrada foi coordenar os recursos da delegacia no sentido recrutar informantes. Assim, os agentes da polícia atuaram agrupados em cinco linhas investigativas, sendo recrutados e gerenciados de formas independentes. Nestes

[19] CANCELLI, Elizabeth . *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 02. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
[20] FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP: Franca, 2000.
[21] CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV. 200, p.36-40.
[22] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g. Relatório anual de 1940 apresentado ao snr. Filinto Muller pelo capitão Felisberto Batista Teixeira, delegado especial de segurança política e social, 31 de janeiro de 1941.

casos, eram policiais e/ou informantes ligados diretamente aos cargos de chefia da Delegacia:

> Assim, meu primeiro cuidado foi orientar, pessoalmente, os diversos serviços e impulsiona-los constantemente no trabalho de colheita de informações em todos os meios sociais. Todos os elementos suspeitos passaram a ser continuamente vigiados e suas atividades anotadas pelas Secções de Segurança Política e Social, conforme eram eles: políticos e militares, ou comunistas, aliancistas e esquerdistas em geral[23].

Além da vigilância estabelecida pela Secção Política - classificada pela sigla S-1 - e pela Secção Social - S-2, Felisberto Baptista coordenava diretamente mais duas linhas de captação de informações:

> Convencido que a multiplicidade dos serviços informativos sob uma única orientação coordenadora é a maior garantia das autenticidades das informações, organizei uma segunda linha de agentes que constituem o Serviço Reservado (S.R.). Constituí, ainda, a terceira linha composta de agentes secretos diretamente a mim subordinados que têm o prefixo D e são elementos mais ou menos infiltrados nas diversas classes sociais e em alguns setores conspiratórios[24].

Por fim, completando as linhas de coleta, o delegado ainda colocou sob sua chefia direta o S.S.I., órgão policial destinado a investigações secretas: "Sem anexar, propriamente, o S.S.I. à Delegacia Especial, pus em conexão os seus serviços com os desta Repartição, criando, assim, a quarta linha informativa".

Estes esforços coordenados datam do ano de 1940. Entretanto, pelo menos quatro destas linhas informativas já existiam desde 1939[25]: os informantes ligados às Secções

[23] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g.
[24] Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g.
[25] Não encontramos boletins reservados desta natureza datados de 1937. A polícia estava num processo de adaptação desde o desmembramento do Partido Comunista em 1935 até a instauração do Estado Novo e o Levante Integralista em 1938. Felisberto Baptista então alertava para as reformulações que, segundo ele, foram necessárias para a Delegacia desde quando assumiu, em 1938. Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g.

Política e Social, os agentes do Serviço Secreto de Informações e os espiões marcados com o prefixo "D". Somados aos policiais do Serviço Reservado, criado em 1940, estes grupos constituíam as fontes humanas – HUMINT - usadas pela DESPS em suas atividades de Inteligência, pelo menos até 1943-44, quando a Delegacia foi reformulada para tornar-se uma Divisão de Polícia Política.

Como seria de se esperar de uma instituição encarregada de atividades secretas, os nomes destes espiões não constam na documentação policial[26]. Os dados que forneciam estão na forma de Boletins Reservados, anexados aos relatórios policiais referentes a cada pasta temática produzida[27]. Nestes Boletins Reservados, as siglas referentes às unidades internas da polícia, para a qual o informante trabalhava, eram mencionadas: *S-1* - Secção Política - *S-2* - Secção Social - *S.S.I.* - Serviço Secreto de Informações - "D" - espiões do Delegado - e S.R. - Serviço Reservado.

A S-1 e a S-2 recrutava informantes através de trocas de favores[28]. No caso da S-1, eram indivíduos recrutados no movimento integralista, em centros espíritas, entre funcionários de consulados e embaixadas, ou nos lugares frequentados por pessoas ligadas a estes segmentos sociais. Os dados colhidos visavam manter a delegacia a par das atividades ligadas à espionagem e à propaganda, principalmente por parte dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e Japão. Também se mantinha vigilância sobre possíveis articulações dos integralistas, recém dissolvidos em 1938. Já os informantes da S-2 eram selecionados em sindicatos, meios estudantis, grêmios e associações civis, focando-se principalmente na propaganda comunista e atividades como greves e paralisações. Concentrava-se mais no controle direto dos segmentos sociais sob sua vigilância, principalmente no tocante aos sindicatos, nos quais os candidatos das chapas apoiadas pela polícia recebiam vantagens e apoio direto[29].

---

[26] Muito embora tenhamos algumas exceções na documentação produzida pelo DOPS Paulitsta, como o Jornalista russo Sviatoslav Golumbintzeff, o ex-oficial da marinha, também russo, Boleslau Ostrowskiy, os agentes Guarany e o reservado Mário de Souza (cf. FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP: Franca, 2000).

[27] Consultamos, para este trabalho, os seguintes setores temáticos: Comunismo, Norte-americano, Inglês, Francês, Espanhol, Japonês, Alemão, Italiano, e Integralismo.

[28] Ver o relatório da Secção de Segurança Social (Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta1-H.), e a entrevista de Cecil de Borer, que trabalhou neste órgão com estas atividades (ARAUJO, Paulo Roberto de. DUARTE, Leila Menezes de. *Ação e investigação: Polícia Política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000).

[29] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-H.

Os agentes do Serviço Secreto de Informações (S.S.I.) eram um caso a parte. Criado em 1938 pelo então Chefe de Polícia, Filinto Müller, este não era órgão da Delegacia Especial, mas um grupo móvel de investigadores destinados a missões secretas, composto por duas centenas de funcionários diretamente subordinado a Müller[30]. A portaria que instituía o S.S.I., ao contrário dos demais decretos e regimentos policiais[31], era curta e pouco clara quanto às suas atribuições: nada era dito sobre quem faria parte do serviço, quais eram suas responsabilidades ou a finalidade de seus trabalhos. Foi esta a intenção, pois a partir do poder que lhe foi atribuído como Chefe de Polícia[32], Müller manteve a seu dispor um leal grupo de agentes secretos, independentes de qualquer formalidade institucional e para os quais poderia delegar quaisquer missões. Ao não estabelecer quase nada sobre a atribuição destes investigadores, flexibilizava-se a discricionariedade do cargo que ocupavam. Note-se que boa parte destes agentes era oriunda de Cuiabá, cidade natal do Chefe de Polícia, e já trabalhavam por meio de verbas secretas antes da institucionalização do Serviço, em 1938. Pessoalmente leais a Müller, envolviam-se com tortura e assassinato de presos políticos[33].

Mas as atividades dos investigadores do S.S.I também envolviam a coleta de dados. Trabalhavam oficialmente em outros departamentos policiais e militares, como disfarce, mantendo instalações secretas na Lapa, no Catete, na Cinelândia e no Centro – nesta ultima locação, operavam escutas por meio de aparelhos instalados em residências dos indivíduos considerados suspeitos. Nos Boletins Reservados, estes agentes surgem marcados com as siglas S.S.I ou, mais raramente, de seu codinome, formado por uma letra e um número, como P-15, K-47, por exemplo[34]. Apesar da

[30] Usando a autorização que me confere o inciso XV do art. 3 do decreto 24.531 de 2 de julho de 1934, que aprovou o regulamento da Polícia Civil do Distrito Federal, resolvo criar junto ao gabinete, sob minha orientação direta, um Serviço secreto de Investigações, composto de um quadro móvel de investigadores com duzentos funcionários. Portaria 4.430 de 5 de Setembro de 1938. (DFSP: 1937-1949).

[31] O decreto 24.531 de 1934, por exemplo, trazia instruções detalhadas sobre as fardas dos guardas (art. 620 e 621), saudações e continências (art. 626 a 647), procedimentos de autópsias (art. 190 a 206) e até para o comportamento do porteiro (art. 169).

[32] Segundo o XV, art 31 do decreto 24.531, o Chefe de Polícia poderia criar novos serviços, que não fossem previstos na estrutura policial instituída.

[33] Cecil de Borer revelou trabalhar para Civis Müller, sobrinho de Filinto Müller, pelo menos desde 1937 (ARAUJO, Paulo Roberto de. DUARTE, Leila Menezes de. *Ação e investigação: Polícia Política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000). Civis Müller era quem comandava o S.S.I. (ROSE, Robert. *O Homem mais perigoso do país. Biografia de Filinto Müller, o temido Chefe de Polícia da Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.98).

[34] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Comunismo, notação 3A.

portaria que institui este grupo de investigadores datar de 1938, Felisberto Baptista alegava tê-los organizado em 1934, a mando de Müller. Segundo Baptista, o S.S.I teria sido fundamental para vigiar a Aliança Nacional Libertadora. Aqueles agentes, inclusive, não só teriam descoberto de antemão que Prestes estava por trás da ANL, como seus planos com relação à tentativa revolucionária de 1935[35]. O delegado também atribuiu ao S.S.I. a antecipação quanto a tentativa de golpe Integralista em 1938. Assim, desconsiderando possíveis exageros quanto a eficácia daquela unidade policial, parece que aqueles investigadores já operavam extraoficialmente em missões secretas da polícia antes da instauração do Estado Novo.

O S.S.I. permaneceu, na prática, sob gerência de Felisberto Baptista até 16 de Julho de 1942, quando foi extinto pelo próprio Delegado através da portaria 5.124 daquele ano[36]. Na mesma portaria, nada é dito sobre seus funcionários - se seriam transferidos para outras unidades, dispensados, etc. Como em 1942 a chefia da polícia foi substituída, é possível que alguns agentes bem relacionados tivessem sido oficialmente absorvidos pela polícia, enquanto os demais foram dispensados.

Se os agentes da S.S.I eram homens de confiança de Filinto Muller, o Delegado Especial Felisberto Baptista também mantinha seus próprios informantes. Surgem marcados nos Boletins Reservados com a letra "D" e um número ao lado, como "D-19", por exemplo. Observe-se que não era o mesmo caso dos agentes do S.S.I., para os quais a letra "D" nunca é usada na documentação consultada[37]. Os agentes D eram espiões diretamente ligados ao Delegado Especial, recrutados a partir das verbas secretas destinadas para a polícia, e/ou da brecha legal de contratação de agentes extranumerários, dos quais a DESPS poderia dispor "em número que o Chefe de Polícia [julgasse] necessário"[38].

---

[35] A presença de Prestes não era, então, conhecida, muito menos suas articulações por trás da Aliança Nacional Libertadora.

[36]DFSP:1937-1940. Entretanto, os Boletins Reservados marcados pela sigla S.S.I. continuaram a ser produzidos pelo menos até agosto de 1942 (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Francês, Notação 1).

[37] Também não se trata do modelo de fichamento de informações, onde a letra (de A até F) significava a confiabilidade da fonte e um número a confiabilidade da informação: Desta forma, a melhor informação da melhor fonte seria A-1, uma informação boa mas de fonte não confiável, E-3, e assim por diante. Este modelo foi adotado posteriormente, usado na República de 46 (ARAUJO, Paulo Roberto de. DUARTE, Leila Menezes de. *Ação e investigação: Polícia Política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000.).

[38] Decreto n° 24.531, art.8°, inciso VII parte a).

Completando estas linhas informativas, tínhamos o Serviço Reservado, criado em 4 de Fevereiro de 1939[39]. Nos Boletins, aparecem com a sigla S.R, e era chefiado por um detetive chamado Afonso Costa. Considerando os dados e as estatísticas de seu relatório anual, era formado por investigadores da própria Delegacia Especial, que efetuavam prisões, apreensões, observações reservadas e campanas[40], inclusive realizando outros trabalhos policiais como repressão ao Jogo do Bicho. Suas atribuições eram, como o nome diz, de caráter *reservado*, voltadas para o apoio das atividades de coleta de informações empreendidas pelos demais agentes da Delegacia. Também trabalhavam em operações de segurança ao presidente da República, tanto no Brasil quanto no exterior[41].

Os agentes S.R. eram, portanto, agentes de polícia em missões secretas. Aqui temos um sistema semelhante ao dos agentes S.S.I.: policiais disfarçados cooptando contatos. Os Boletins Reservados da S.R. tratavam dos meios militares, do comunismo e do integralismo: destarte, seus contatos eram indivíduos típicos das camadas sociais que compunham estes segmentos.

Entretanto, o Serviço Reservado perseguia comunistas fora do Brasil, especificamente na Argentina[42]. Um dos relatórios do "Setor Sul-Americano"[43] é minucioso com relação a tais missões: um agente brasileiro passou dois meses na Argentina, disfarçado como membro do comitê carioca do Partido Comunista Brasileiro. Nestes dois meses, descobriu – e passou à chefia da DESPS - o nome e os endereços dos lideres comunistas do grupo no qual se inseriu. Descobriu também a estrutura do grupo, dividido em cinco células - elementos de infiltração, arrecadação, "Bureau político", procuradores de contribuintes e junta de orientação - bem como ligações com elementos brasileiros no Rio de Janeiro e em São Paulo - constando, inclusive, os endereços de alguns deles - além do método de propaganda através de

[39] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1, Pasta 1-g.
[40] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. dossiê 1. pasta 1-g.
[41] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-F.
[42] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-F.
[43] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Sul-Americano. Notação 1-I.

folhetos e prospectos que seriam impressos em Montevidéu e distribuídos na Argentina no Brasil.

Ou seja, nestes casos, um agente era enviado para o exterior a fim de estabelecer redes de informantes acerca de comunistas que fossem considerados perigosos, especialmente se brasileiros ou com trânsito pelo país. Este parece ser o mais próximo do típico "agente secreto" que se vê nos filmes e romances: trabalhava para a agência, era treinado, falava mais de um idioma e atuava secretamente no exterior em busca de elementos que supostamente ameaçassem o governo de seu país.

Além destas linhas informativas, Felisberto Baptista criou ainda o Serviço de Ronda. Os policiais deste serviço recebiam a missão de patrulhar as ruas da cidade a pé ou de carro, a paisana, procurando observar qualquer movimento suspeito e dificultar reuniões secretas de caráter subversivo[44].

A todas estas fontes de dados, somavam-se eventuais pessoas que passavam informações à polícia na forma de denuncias, delações e, no caso de presos políticos, interrogatório. Até a boêmia e o meio artístico forneciam informantes: jogadores, trapaceiros, *barmans*, garçonetes, cantores, dançarinas e, principalmente, prostitutas, só para ficar em alguns exemplos, poderiam ser contatos valiosos. Nas palavras de Amaro da Silveira, Delegado Especial após Felisberto Baptista:

> Empregados de bares, casa de jogo, casas de prostituição, etc., são excelentes fontes de informação e valiosos contatos (...) As mulheres da vida sabem, comumente, o que acontece na parte do país em que residem, e, em geral, podem fazer perguntas sem levantar suspeitas. Os homens vão vê-las e lhes contam coisas que diriam a outros homem. Eles deixam que sua vaidade pessoal faça o que bem entender e não podem resistir à tentação de elogiar-se a si próprios. Muitos desses homens viajaram sozinhos, durante longo tempo, e, quando se encontram num quarto com uma mulher da vida, julgam que o que se passa lá dentro só será do conhecimento dele e da mulher; de tal maneira a não terem muito cuidado com o que dizem. Uma mulher da vida, pode, geralmente, dar informações sobre seus outros informantes[45].

---

[44] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g.

[45]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Conferência Nacional de Polícia Política. Fundo DESPS, Notação 921, p.126,127.

Este modelo durou até 1943, quando os agentes "D" e "S.R." foram substituídos pelo Serviço de Investigações e Pesquisas, composto pela Secção de Investigações (S-5) e de Pesquisas (S-6). A S-6 processava e gerenciava as informações coletadas pela S-5, o que já era o prenuncio da reestruturação pela qual a Polícia Política passaria em 1944, transformando-se numa Divisão de Política e Social[46]. A nova Divisão sofreu turbulências no crepúsculo do Estado Novo, e os modelos de espionagem aplicados tornaram-se distintos a partir do período democrático estabelecido no Brasil em 1946, na forma de um serviço de investigações para missões secretas e outro serviço destinado a informações para análise e processamento dos dados[47].

Assim, em síntese, além de investigadores de polícia atuando a paisana ou treinados como agentes secretos, os informantes da DESPS incluíam contatos e delatores que faziam parte do próprio Partido Comunista, da Ação Integralista, embaixadas estrangeiras, sindicatos, forças armadas, imprensa e pessoas ligadas a hotéis, cassinos e cabarés - meretrizes, atendentes, artistas, etc.. Algumas destas pessoas trabalhavam diretamente para o Delegado como agentes "D". Outras se relacionavam de uma forma ou de outra com os investigadores da Delegacia. As razões pelas quais estes indivíduos trabalhavam para a Delegacia Especial e as recompensas que recebiam determinavam sua relação com a instituição, e serão abordadas mais adiante. Antes, exploraremos o tipo de formação e treinamento que esperava-se destes espiões e agentes secretos.

2. Formação e Treinamento

No mês de dezembro de 1943 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência Nacional de Polícia Política. No evento, o Delegado Especial, Major J.L. Amaro da Silveira, abordou tópicos relacionados à espionagem, contraespionagem, investigação e interrogatório. O objetivo da Conferência era preparar os quadros policiais para a atividade de Inteligência, devido às exigências decorridas da Segunda Guerra Mundial e a já projetada reorganização da Polícia Política, que ocorreria nos anos seguintes (1944-1946)[48].

---

[46]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-cont. Ainda assim, o Major Amaro da Silveira extinguiria estas duas Secções em setembro de 1943.
[47] ARAUJO, Paulo Roberto de. DUARTE, Leila Menezes de. *Ação e investigação: Polícia Política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000.
[48] REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Por esta razão, uma especial atenção foi dada aos procedimentos de recrutamento e treinamento de espiões a serem usados no serviço secreto, orientando os agentes da Polícia Política no sentido de solidificar um sistema de Contra Inteligência[49] capaz de proteger informações que, adquiridas pelos inimigos - no caso, as redes de espionagem alemã e italiana - se tornariam danosas ao país. Esta preocupação se justificava na medida em que o Brasil participava da Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contexto no qual o Estado se viu obrigado a lidar com a presença de espiões estrangeiros em seu território, os quais buscavam manter-se informados não somente sobre as vulnerabilidades políticas e geográficas do país, mas também de seus aliados[50]. Pela mesma razão, julgava-se necessário manter-se vigilância sobre as enormes colônias alemã, italiana e japonesa em território nacional[51].

A série de cursos procurava explicar em detalhes como funcionava a espionagem estrangeira. Métodos de infiltração foram descritos a fim de que os policiais estivessem preparados para se antecipar a ameaças em potencial, e entre as instruções figuravam dicas de como reconhecer espiões adversários:

> Especificando, propomo-nos a discutir nesses próximos dias, o trabalho da "Quinta-Coluna" e também da "Sexta-Coluna". Em outras palavras, iremos nos aprofundar nos problemas gerais e específicos da espionagem e da contra espionagem. (...) Uma vez que as democracias do mundo estão em guerra com as potências totalitárias, temos que lançar, portanto, nossas vistas para os chefes destas potências, a fim de encontrar respostas do que na verdade representa a espionagem do inimigo, examinar o sistema de espionagem nazista e analisa-lo com a finalidade pela qual nós, neste hemisfério, possamos reconhecer e combatê-lo[52].

Uma das partes mais esclarecedoras desta Conferência foram os métodos de construção de redes de espionagem. Amaro da Silveira dedicou especial atenção a este

[49] CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV. 2003, p.57.
[50] HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
[51] PACHECO, Thiago da Silva. *Sistema de espionagem e contra espionagem brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. In: In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; **Karl Schurster; Igor Lapsky; Ricardo Cabral & Jorge Ferre. (Org.).** *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. **Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010.**
[52]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.34.

assunto, na medida em que instruiu os policiais tanto para a detecção de redes de informantes como para a construção de suas próprias redes:

> A espionagem tem, geralmente, sido descrita como uma vigilância ou ação secreta, para observar o trabalho, os atos e ouvir palavras de terceiros. A espionagem militar consiste na obtenção de informações relacionadas com a defesa nacional de um país, com o fim de prejudicá-lo e para vantagem de uma nação estrangeira. (...) Um bom sistema de espionagem é essencial para o êxito de uma campanha. Se o senhor souber o que o seu inimigo está fazendo, como o está fazendo e o que ele projeta fazer, etc., está visto que [estará em] melhor situação para planejar os meios de combatê-lo ou de reagir contra as forças que ele empregar contra si[53].

Os métodos de recrutamento, treinamento e infiltração de espiões descritos na Conferência apontavam em duas direções. Por um lado, eram técnicas a serem transmitidas visando o futuro aparelho policial que foi construído a partir do projeto do Departamento Federal de Segurança Pública, criado em 1944[54]. Por outro, refletem algumas experiências que, embora não fossem mencionadas diretamente pelo Delegado Especial, já haviam sido postas em prática pela chefia do órgão pelo menos desde 1939, como as técnicas de recrutamento de informantes num determinado meio social por meio da troca de favores, pagamento em dinheiro para formar redes de espiões[55], observação sobre colônias estrangeiras, infiltração em embaixadas e cuidado com adidos militares, estrangeiros ou turistas em viagem pelo Brasil[56]. Isto implica em dizer que a Conferência na verdade compartilhava com outros investigadores parte do *knowhow* adquirido pelo alto escalão policial nos últimos anos de atividade da Delegacia.

Assim, por meio da Conferência Nacional de Polícia de 1943, observa-se que o serviço secreto proposto pela chefia da Polícia Política objetivava estabelecer redes de

[53]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DESPS, Notação 921, p.34.
[54] REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
[55] Ver o relatório anual do referente ao ano de 1940, produzido pelo então Delegado Especial Felisberto Baptista. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. pasta 1-g. Ver também o relatório da Secção Social datado de 1941, no qual o chefe daquela unidade menciona as recompensas conferidas a informantes, espiões e colaboradores (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Relatório da Secção de Segurança Social*. Fundo Polícias Políticas, Pasta Administração 1h, p.135, 136).
[56] Veja, por exemplo, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Alemão, pasta 1 e 3; Setor Americano, pasta 1; Setor Inglês pasta 1, e setor Sul-Americano pasta 1-I.

agentes secretos bem treinados, capazes de proporcionar informações acerca dos grupos que pudessem ameaçar o Estado. Buscava-se estabelecer um alto padrão tanto para os policiais quanto para seus informantes: trabalhar para o serviço secreto, segundo Amaro da Silveira, requereria vinte e oito exigentes características[57] como "qualidade de confiança", "boa memória", "abnegação" e "domínio próprio". Para tanto, uma série de exercícios foi ensinada para o treinamento daqueles indivíduos, que deveriam estar capacitados em habilidades de disfarce, dissimulação e transmissão secreta de mensagens. Técnicas engenhosas sobre tintas secretas e artimanhas para esconder mensagens em malas, caixas, brinquedos, salsichas, estojos de maquiagem ou frutas também faziam parte do repertório do manual[58].

Esta preocupação é comum com relação ao treinamento de agentes secretos e espiões. Em termos arquetípicos, o espião é um ilusionista, um especialista em disfarces e em dissimulação, que dispõe de um repertório de truques para manter o segredo em torno de suas atividades. Manuais de espionagem, produzidos em diferentes contextos históricos, objetivam desenvolver estas habilidades. Para citar um exemplo, em 1950 a CIA convocou um dos mágicos mais talentosos dos Estados Unidos, John Mulholland, a fim de ensinar seus engenhosos métodos de ilusionismo aos espiões da agência[59]. Os truques envolviam o uso de pílulas, pós, líquidos, espelhos, furto, reposição de objetos, etc. O manual brasileiro, produzido em 1943 a partir da Conferência, não foi exceção a este padrão de instrução de espiões, igualmente buscando a formação de agentes bem treinados.

Todavia, é questionável que todos agentes da DESPS contassem com tal formação, inclusive porque casos de amadorismos constrangiam a Delegacia[60]. Ademais, nem

[57]Qualidade de confiança, sentido comum, dom de inspirar confiança, indulgência, ser muito observador, boa memória, ser preciso, analítico, diplomático, hábil em simular, ter habilidade para mover-se furtivamente, calma, naturalidade e exatidão, ser calado, fértil em recursos, probo, integro, seguro, corajoso, paciente e constante, abnegado, ter domínio sobre si mesmo, renunciar a aplausos, sentido humano, sentido de tempo e espaço, manter a inteligência aberta, valorizar os fatos fria e metodicamente, sem preconceitisado (sic). Uma lista tão extensa e exigente que o próprio Delegado Especial dizia ser raro um espião com estas qualidades. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.2.

[58] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DESPS, Notação 921.

[59] MELTON, Heith H. e WALLACE, Robert. *CIA: Manual oficial de truques e espionagem*. São Paulo: Lua de papel 2010.

[60] Por exemplo, em 1942 três investigadores da Polícia Política meteram-se numa briga em um Cabaré, envolvendo também um Guarda Civil que lá trabalhava como segurança. A briga teria sido por "um motivo menor", mas os investigadores sacaram seus revolveres fazendo arruaça, escândalo e ameaçando

todos os espiões faziam aquele trabalho "em tempo integral", e até pelo fato de se tratar de um órgão policial, há de se considerar também situações nas quais houve simples denuncias acerca de algo que alguém alegava ter visto ou ouvido. Quanto aos espiões de vínculo mais constante com a polícia, eram indivíduos recrutados nos meios nos quais a DESPS pretendia exercer vigilância, como embaixadas, consulados, empresas, fábricas, Forças Armadas, sindicatos e organizações beneficentes[61]. Tal forma de seleção de agentes de dava por dois motivos. Primeiro, porque gerava espiões mais próximos dos alvos. Segundo, porque era mais fácil recrutar um agente dentro dos quadros suspeitos e prepará-lo acerca de quem ou qual assunto se deveria investigar, ao invés de começar uma infiltração do zero e esperar o longo prazo no qual o espião iria se adaptar ao ambiente e ganhar confiança de seus frequentadores. Claro, havia também casos de infiltrações mais complexas, na forma de investigadores disfarçados - como os investigadores do S.S.I. ou do S.R. - ou pessoas recrutadas, treinadas e inseridas num determinado meio. Eram, contudo, situações mais especificas, trabalhosas e arriscadas.

3. Trabalhando para Vargas: por quê?

Mas, o que levaria alguém a espionar ou delatar? Decerto esta era a função institucional dos investigadores concursados, que faziam carreira na polícia e eram selecionados para missões de caráter reservado. O policial que trabalhava no serviço secreto gozava de um status superior, que envolvia conceitos de honra e patriotismo, os quais um policial de carreira poderia almejar[62]. Já os investigadores extranumerários eram indivíduos contratados que precisavam mostrar-se uteis a chefia – com quem mantinham relação direta - para não serem dispensados do serviço. A contratação de funcionários como extranumerários foi, segundo Boris Fausto[63], um expediente comum para preencher cargos públicos a partir de 1936 e, ao contrário do pessoal concursado – com direitos relativos a salário, aposentadoria, etc – os extranumerários eram, a principio, admitidos por prazo determinado, destinando-se a cargos de posição intermediária ou de importância menor no aparelho do Estado. Isto permitiu relações

prender o dono do estabelecimento (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, DESPS notação 475).

[61]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DESPS, Setor administração, pasta 1-cont.

[62] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921.

[63] FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1995, p.378,379.

clientelistas com um grande setor da massa urbana. De fato, quando na chefia de Polícia, Filinto Müller recebia pedidos de emprego na polícia por meio de "pistolões" ou apelando para seus sentimentos de benignidade, a fim de conceder empregos de investigador de polícia ou como agentes de "polícia secreta"[64].

Então, os investigadores (de carreira ou extranumerários) faziam deste trabalho sua profissão. Mas, e quanto a informantes, espiões sem vinculo institucional direto e outros delatores? Qual sua motivação em trabalhar para a Polícia Política?

Segundo David Charney e John Irvin[65], a questão do "por que espionar" impõe-se mesmo para aqueles que contam anos de experiência em comunidades de Inteligência. Outros autores, como Henry Crumpton[66], também perseguiram esta resposta, que estaria representada no acrônimo MICE: *money*, *ideology*, *compromise/coercion*, *ego* - dinheiro, ideologia, compromisso/coerção e ego. Crumpton, ao escrever sobre métodos de recrutamento de sua época na CIA, narra uma experiência para cada um destes exemplos de espionagem por dinheiro, ideologia, concessões/coerção e ego. Já Michael Herman[67], que alerta para o fato de que os motivos para a espionagem são "tão variados quanto a natureza humana", também menciona os fatores da ideologia, do pagamento em dinheiro ou favores, da frustração ou inadequação pessoal e até mesmo a satisfação em sentir-se importante por meio deste tipo de trabalho[68]. Charney e Irvin, que abordam detalhadamente o acrônimo MICE, ainda incluem a questão da vingança/ressentimento contra um país, grupo ou mesmo individuo.

Na já citada Conferência de Polícia Política de 1943 identificamos os mesmos parâmetros motivacionais expressos pelo MICE, apontados pelos autores que citamos no parágrafo anterior. O primeiro deles seria o *ressentimento*: o informante desejava vingar-se de alguém ou de um grupo. Indivíduos movidos pelo desejo de vendeta contra

---

64 HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller*. Revista Estudos Históricos, n°19, 1997.

65 CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. *A Guide to the Psychology of Espionage*. AFIO's Intelligencer Journal, 2014.

66 CRUMPTON, Henry A. *A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI*. Barueri: Novo Século, 2013.

67 HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

68 "(…) Somewhere between money and ideology there are other motives: seeking foreign political support for a change of regime, or reinsuring against such a change; personal frustration or inadequacy; the thrill of 'beating the system'; the flattery of being made to feel someone; sexual attraction". (HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996: p.63,64).

seus antigos aliados eram vistos, contudo, com muita ressalva, já que poderiam exagerar em seus relatos ou, de alguma forma, permitir que os sentimentos turvassem a exatidão das informações prestadas. Além disso, não era prudente confiar em desertores e traidores de grupos suspeitos, devido a possibilidade de se tratar de um falso agente que estaria lá justamente para produzir informações inverídicas a fim de despistar, ou até mesmo tornar-se um agente duplo - espião que trabalha para dois órgãos ao mesmo tempo.

Por outro lado, o ex-membro de um núcleo suspeito seria capaz de fornecer dados valiosíssimos sobre o mesmo. Portanto, sua importância era tal que não poderiam simplesmente ser descartados, mas utilizados com cautela[69]. Dizia o Delegado Especial na Conferência de 1943: "(...) Se este for o caso, o senhor deverá ter muito cuidado, apesar da honradez e da sinceridade do individuo, pois que ele poderá exagerar a informação para servir a um fim pessoal."[70].

Além da mágoa com antigos aliados, havia outras motivações pessoais que levavam pessoas a prestarem informações à polícia. O uso da delação poderia tirar rivais profissionais do caminho, garantir prestígio junto a empregadores e chefes de departamentos públicos ou mesmo reservar um destino desagradável, se não terrível, a inimigos e desafetos. De fato, cair nas mãos da polícia era no mínimo um estorvo, e, na Ditadura do Estado Novo, implicou em situações de estupro, espancamento, tortura e perda de bens[71]. Aqui estamos diante do processo que se dá, em ditaduras, com relação ao "outro conveniente", quando os próprios cidadãos utilizam-se da repressão ao "inimigo interno" para delatar inimigos do regime a fim de obter vantagens pessoais ou simplesmente resolver rixas particulares[72].

---

[69] "The spy is motivated by a non-ideological resentment or anger directed toward their country or their employer for some perceived injustice, such as a lack of recognition or inadequate appreciation, failure to achieve promotion, inadequate pay or other compensation, or any number of other perceived personal slights. As a result, the spy seeks revenge by engaging in espionage (CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. *A Guide to the Psychology of Espionage*. AFIO's Intelligencer Journal, 2014).

[70] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921.

[71] NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*: Torturas da polícia de Filinto. Rio de Janeiro: J.Ozon, 1946.

[72] TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. ***Sobre os Tribunais do Terceiro Reich, os fascismos e ditaduras: o que ainda há para estudar?*** **In: SHUSTER, Karl; LAPSKY, Igor;** TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; **SILVA, Giselda Brito. (Org.).** *Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica*. **Recife: EDUPE, 2014.**

O segundo tipo de informante, segundo o Delegado Especial na Conferência, era movido pela ganância ou por motivos particulares específicos. A recompensa mais simples seria o dinheiro[73], mas a polícia preferia, como alternativa, a prestação de favores – aqui então se incluíam o money (dinheiro) e o compromise (compromisso). Especialmente num governo forte e centralizado como a ditadura varguista, a polícia controlava ou exercia influência em vários aspectos da vida social. Emitia atestados de bons antecedentes, posse de armas e permissão para exercício de profissões artísticas ou de meretrício; fornecia passagens marítimas e terrestres, intermediava a obtenção de matrículas em instituições de ensino e até mesmo interferia junto a outras unidades policiais para isentar o indivíduo de inquéritos nos quais estivesse envolvido[74]. Em troca destas facilidades, pessoas aceitavam ou até mesmo se ofereciam para passar informações que julgassem valiosas para a polícia. Isto permitiria, entre outros exemplos, que um trabalhador conseguisse emprego ou promoção, ou que o membro de um sindicato assumisse a presidência do mesmo. Com este procedimento, buscava-se manter controle sobre os sindicatos, manipulando secretamente a confecção das chapas a fim de que fossem compostas por indivíduos de sua inteira confiança. Segundo o chefe da Secção Social, Seraphim Braga, em troca desta submissão à polícia estes informantes receberiam as seguintes "vantagens e facilidades":

> Fornecimento de passagens, marítimas e terrestres, para o interior, portes de arma para os Presidentes dos Sindicatos, recolhimento de filhos de operários a Asilos; matrículas gratuitas em Internatos e Estabelecimentos de Ensino, Particulares ou do Governo; cartas de representação junto às autoridades policiais de elementos pertencentes aos Sindicatos do Distrito Federal; que se transportam para os diferentes Estados da União; Serviço de Garantia quando for evidente a razão de ser; interferência junto aos Distritos Policiais em

[73] "Money - This is a general category that would include such selfish motivation as avarice (extreme greed for wealth or material gain) as well as what might be considered more noble motives such as the need to pay for a family member's medical treatment or a child's education. In any event, the spy comes to the personal conclusion that espionage is the best or perhaps only means of obtaining the money desired. CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. *A Guide to the Psychology of Espionage*. AFIO's Intelligencer Journal, 2014.

[74] O chefe da Secção Social (S-2), em 1941 menciona estas recompensas, controlando assim os Sindicatos (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Relatório da Secção de Segurança Social.* Fundo Polícias Políticas, Pasta Administração 1h, p.135, 136). No tocante a artistas, músicos, prostitutas e outras pessoas ligadas a noite, a vida boêmia e artística era igualmente regulada pela Polícia tanto no Estado Novo (decreto lei n°24531 de 2 de Julho de 1934, artigos 297 a 360) quanto na República de 1946 (decreto n°19705 de 27 de Fevereiro de 1945, art. 72).

> casos de pequena monta, isentos de processo; satisfação às consultas feitas por sindicalizados ou Diretores de Sindicatos sobre assuntos de ordem política ou social[75].

Estas recompensas seriam concedidas de acordo com a qualidade e veracidade dos dados coletados. Além de ser considerado mais sensato agir desta forma, tal método também era a única garantia de controle sobre espiões que agiam somente movidos pelos seus próprios interesses. Afinal, com recompensas tão valiosas em jogo, era impossível não atrair oportunistas. Em busca de dinheiro, posse de armas, posições favoráveis no emprego, clubes e sindicatos ou voltando-se para vinganças pessoais, algumas informações poderiam ser tendenciosas ou mesmo totalmente mentirosas, se não forjadas. De fato, o Delegado Especial alertava a seus agentes quanto a esta possibilidade:

> Muitas das informações recebidas serão falsas ou semi-falsas (sic), dadas com a intenção de enganar. Muitas são contraditórias e por isso o policial de informações deve possuir ou adquirir a habilidade de separar o verdadeiro do falso, os "fatos" dos "consta"[76]. (...) A recompensa deve ser liberal e conforme os perigos e a qualidade ou importância da informação conseguida. Deve-se fazer sentir ao agente que do que goza de uma confiança especial e que seus serviços são muito valiosos[77].

Ademais, um volume de verbas secretas sem nenhum controle externo ou democrático abriu margens para esquemas de corrupção. Graças à brecha legal que permitia a manutenção de número indeterminado de extranumerários, houve um esquema de desvio de dinheiro entre o alto escalão da polícia e os extranumerários, esquema este denunciado pelo jornalista David Nasser em 1946[78]. Informantes e agentes escolhidos a dedo forjavam acusações e plantavam provas falsas - como panfletos comunistas em armários ou incitação de conversas de caráter subversivo - que geravam um clima de paranoia conspiratória. Em troca, recebiam a recompensa em dinheiro, que era extraoficialmente dividida entre os Comissários e Delegados para os quais

[75] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. pasta 1-h.
[76]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DESPS, Notação 921, p.4.
[77]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DESPS, Notação 921, p.5.
[78] NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*: Torturas da polícia de Filinto. Rio de Janeiro: J.Ozon, 1946, p. 32 – 35 e 94 -101.

trabalhavam. Isto gerou um ciclo no qual as informações produzidas apontavam para um contexto em que inimigos do regime tramavam contra o Estado, o que legitimava a concessão de mais verbas secretas para o combate destes inimigos, redundando em mais informações forjadas sobre atividade subversiva, levando a mais verbas, e assim por diante.

Outra motivação comum para o trabalho no serviço secreto é o ego[79], na busca de aventura, emoção ou pelo narcísico status de espião. Pode parecer algo fútil, mas o trabalho no serviço secreto estava, já neste contexto, coberto por um verniz glamoroso: lembramos aqui filmes clássicos de espionagem, lançados naquele período, como *The 39 Steps* de Hitchcock (1935) e *Casablanca* de Michael *Curtiz* (1942), além de *Mata Hari*, interpretada por Greta Garbo no filme de George Fitzmaurice (1932). De fato, voluntários para este serviço não faltavam, e, desde 1942, com a entrada do Brasil na Guerra, homens e mulheres enviavam cartas para Getúlio Vargas oferecendo-se para este tipo de trabalho. Um deles, ex-militar português, até mesmo dizia ser um atirador de elite, que amava o Brasil por aqui viver, ser casado com uma brasileira e ter filhos brasileiros[80].

A questão do ego era de fato um problema recorrente, fazendo com que o Delegado Especial alertasse:

> Por isso é que todo membro do serviço secreto deve praticar a abnegação e auto domínio, renunciando aos aplausos. O agente deve fazer uma apreciação da situação e perguntar-se: "O que é de maior importância, o êxito do serviço, ou que seus amigos saibam que sou membro do serviço secreto? Que tem mais importância, meu amor próprio ou a proteção da minha pátria? Os aplausos dos nossos amigos são doces e agradáveis, porém o preço é exorbitante. O serviço secreto não é dirigido com bandeiras e bandas de música. Os

[79] Sobre o Ego como fator que leva a espionar: "Thrills/self-importance – This motivation is likely what Levchenko had in mind by the term ego. In its purest form, it might be considered the most egocentric of motivations, since it does not necessarily include a desire for personal gain or revenge against some perceived slight. In practice, it is likely a significant contributing factor but not necessarily the key motivation. The spy chooses espionage because of the feeling of excitement it brings, as well as the sense of superiority the spy derives from "putting one over" on their colleagues or their organization. Rather than a manifestation of high self-esteem, it may be the result of the low" CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. *A Guide to the Psychology of Espionage*. AFIO's Intelligencer Journal, 2014). Ver também o *Ego*, em CRUMPTON (CRUMPTON, Henry A. *A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI*. Barueri: Novo Século, 2013: p.65-68).

[80] Arquivo Nacional. Fundo Gabinete do Ministro. Notação IJ 1374.

> seus membros devem prescindir de todo desejo de fazer-se importante.[81]

Por outro lado, a polícia considerava que nem todos os espiões eram pessoas movidas pela troca de favores, ego, dinheiro ou vingança. Haveria os informantes que trabalhavam por patriotismo e desejo de servir a nação. Tratavam-se dos chamados "agentes patrióticos", movidos por um senso de dever para com seu país, não devido a sentimentos de vingança ou a ganância de receber algo em troca. Obviamente, a alta estima derivava-se de sua lealdade e pelo fato de que atuavam como espiões por senso de dever, pelo sentimento de que realizavam importante serviço para seu país: "Para um agente patriótico uma palavra de encômio vale mais que dinheiro", dizia o Delegado Especial[82]. Este é o tipo de espião que trabalha por ideology (ideologia)[83].

Assim, por dinheiro, por favores, por ressentimento, por inimizade, por concordar com o projeto varguista, por ego ou pela mescla de mais de um destes fatores, pessoas que não eram policiais ou militares delataram estrangeiros, colegas de trabalho, membros da Ação Integralista e – principalmente – comunistas, vigiando-os no dia a dia, nas escolas, nas universidades, nas fábricas, e assim por

[81] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DESPS, notação 921
[82]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DESPS, Notação 921, p.75.
[83] Como argumentam Charney e Irving (2014): "An ideology is simply a shared set of beliefs about how the world is or ought to be. Psychiatrist and author Steven Pinker writes, "An ideology cannot be identified with a part of the brain or even with a whole brain, because it is distributed across the brains of many people." Since it represents a shared belief system, an ideology is adopted by an individual to the degree that it reflects the individual's ego. In that sense, an ideology is like another motivation - money - in that it serves as a vehicle for the individual to express a personal value or belief; an ideology is chosen in order to confirm conscious or unconscious beliefs the individual has already internalized. In the case of espionage, a particular ideology may serve as either the actual motivation for a spy to breach the trust placed in them or simply as a means of rationalizing that behavior. The so-called Cambridge Five8 were likely "true believers" whose motivation for working with the Soviets against their native United Kingdom was based largely (but not exclusively) in a utopian belief in Communist ideology. Before the Cold War ended, however, ideology appeared to play a decreasing role in Soviet recruitment, forcing the KGB to seek other motives. Nevertheless, Cold War-era political beliefs were only one form of ideology, and its demise certainly does not rule out the use of ideology as motivation in the present or future" (CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. *A Guide to the Psychology of Espionage*. AFIO's Intelligencer Journal, 2014). Ver também HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996: p.63,64, e CRUMPTON, Henry A. *A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI*. Barueri: Novo Século, 2013: p.49-76.

diante. "Trabalhavam para Vargas"[84], portanto, assumindo a demanda repressora do regime e colaborando com esta repressão por suas próprias convicções e interesses pessoais. Os esforços contra os inimigos internos e externos não foram, desta forma, empreendidos somente por um Estado poderoso e centralizado, mas assumidos prospectivamente em vários níveis por pessoas de todos os segmentos sociais da época. Cecil de Borer, ex-espião que trabalhou no período e recrutou agentes para Polícia Política até 1964, tomava como exemplo o que entendia ser o Serviço Secreto de Israel: segundo Borer "[...] cada israelense é um informante da causa dele [...]"[85]. Decerto tamanha adesão não se deu no Brasil durante o Estado Novo – tampouco se dá em Israel - mas aqui vemos como era considerada importante a participação da sociedade para a vigilância policial de então.

4. Conclusão

No decorrer da década de 1930 estruturou-se um serviço secreto a partir da Polícia Política, cujo objetivo era lidar com o comunismo, o integralismo e as demandas da Segunda Guerra Mundial. Eram investigadores em serviço reservado que, junto a militares, sindicalistas, operários, religiosos, funcionários de embaixadas, jornalistas, meretrizes e artistas, mantinham o Estado informado acerca das pessoas, meios ou grupos elencados como ameaças à Segurança Nacional.

Este serviço secreto era posto em prática por pessoas de carne e osso que, dotadas ou não de algum treinamento especifico, se envolviam neste tipo de trabalho pelos mais variados motivos: mágoa, vingança, patriotismo, desejo de ser importante, troca de favores e/ou dinheiro. O vínculo destas pessoas com a Polícia Política variava num decrescente nível de formalidade: investigadores de carreira dos próprios quadros

[84] Sobre a colaboração e envolvimento da sociedade alemã com o Estado Nazista, ver. KERSHAW, Ian. *Working Towards the Führer: Reflections on the Nature of the Hitler Dictatorship* pages 231–252. In: *The Third Reich*. LEITZ, Christian. London: Blackwell, 1999. Francisco Carlos Teixeira propõe que tal perspectiva seja ampliada para outros contextos ditatoriais, incluindo aí o Estado Novo Varguista: sobre isso, ver o texto *"Por uma História Comparada das Ditaduras"*. **In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Karl Schurster; Igor Lapsky; Ricardo Cabral & Jorge Ferre. (Org.).** *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial.* **Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010, v. I, p. 48-65.** Aqui fazemos uma analogia com a análise de Kershaw (1999) de "trabalhar para Hitler", neste caso, "trabalhar para Vargas".
[85] ARAUJO, Paulo Roberto de. DUARTE, Leila Menezes de. *Ação e investigação: Polícia Política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000, p.30.

policiais, investigadores extranumerários contratados pelo Chefe de Polícia, espiões formalmente pagos com verbas da Delegacia de Polícia Política, contatos que passavam informações a investigadores por motivos diversos (proteção, favores, rixas, etc) e, finalmente, delatores eventuais. Apenas os investigadores e os espiões pagos poderiam contar com algum tipo de treinamento.

Assim, para além dos seus próprios agentes da repressão – policiais, investigadores, comissários de polícia, etc - o Estado Novo, forte e centralizador, prospectou a sociedade em busca de informações, encontrando colaboração para seu projeto por meio de informantes e delatores, os quais colaboravam fosse por acreditar no discurso de Vargas, fosse pelas oportunidades de ganho por meio deste projeto, fosse simplesmente pela oportunidade de acertos de conta ou revanches. A participação na vigilância policial da ditadura varguista, portanto, foi além do próprio aparato policial que organizou o serviço secreto, encontrando certa capilaridade na sociedade brasileira de então.

Recebido em: 05 de Março de 2019.
Aprovado em: 16 de Maio de 2019.